

Lei do Orçamento de Estado para 2020 O Que Precisa Saber?

Foi recentemente publicada Lei nº 2/2020, de 31 março que aprova o Orçamento de Estado para o ano de 2020.

A continuidade da política fiscal verificada nos últimos anos é a principal característica da proposta, não estando previstas alterações de relevo em matéria fiscal.

No IRS, destacam-se a criação de uma isenção sobre os rendimentos do trabalho auferidos por jovens e uma maior dedução à coleta resultante dos dependentes.

Verifica-se a vontade do legislador em “penalizar” os rendimentos gerados pelo alojamento local em zonas de contenção.

Para as empresas, de realçar a ligeira redução da taxa de IRC para as PME's e da taxa de tributação autónoma sobre viaturas ligeiras de passageiros. Destaca-se também o alargamento do prazo dos benefícios fiscais à Investigação e Desenvolvimento (SIFIDE) e o alargamento dos benefícios fiscais da Dedução por Lucros Retidos e Reinvestidos (DLRR).

Alertámos que são apenas abordadas as matérias que considerámos mais relevantes. Qualquer dúvida ou questão poderá ser dirigida aos nossos escritórios.



Imposto do Rendimento sobre as Pessoas Singulares (IRS)

Art. 2º-B – Isenção de Rendimentos da Categoria A

Prevê-se a isenção parcial, nos três primeiros anos e após o ano de conclusão de nível de estudos igual ao superior ao nível 4 do Quadro Nacional de Qualificações quando este ocorra em 2020 ou ano posterior, dos rendimentos do trabalho auferidos por sujeitos passivos com idades entre os 18 e os 26 anos, que não sejam considerados dependentes e auferam rendimentos brutos anuais de montante igual ou inferior a € 29.179.

A isenção corresponde a 30% do rendimento auferido no primeiro ano, 20% do rendimento auferido no segundo ano e 10% do rendimento auferido no terceiro ano, com o limite de 7,5 x IAS, 5 x IAS e 2,5 x IAS (€ 438,81 em 2020), respetivamente.

Os rendimentos isentos deverão ser englobados para efeitos da determinação da taxa de IRS (isenção com progressão).

A taxa de retenção na fonte deve ser igualmente aferida com base na totalidade do rendimento auferido, mas sendo aplicada apenas sobre a parte do rendimento sujeito. Para o efeito, o sujeito passivo deve entregar documento comprovativo da conclusão de um ciclo de estudos à entidade devedora do rendimento.

Art. 3º e 10º - Mais-valias – Transferência de imóveis para esfera particular do empresário

Passam a estar excluídas de tributação, como rendimentos empresariais, as mais-valias provenientes da transferência para a esfera particular do empresário de imóvel habitacional que esteja afeto à atividade do empresário e que seja imediatamente afeto à obtenção de rendimentos prediais.

É condição para a exclusão de tributação, o imóvel em questão gerar rendimentos prediais durante cinco anos consecutivos.

Art. 8º e 72º - Categoria F – contratos de direito real de habitação duradoura (DL n.º 1/2020, de 09 de janeiro)

Consideram-se rendimentos prediais as importâncias relativas aos contratos de direito real de habitação duradoura (DHD).

Os rendimentos decorrentes de contratos DHD ficam sujeitos a tributação no momento do recebimento ou colocação à disposição da prestação pecuniária mensal, ou no momento em que o proprietário deduz à caução inicial eventuais prestações pecuniárias mensais não cumpridas pelo inquilino.

Os rendimentos decorrentes de contratos DHD estão sujeitos a tributação à taxa autónoma de 10% (redução de 18pp face à taxa normal de 28%).

Caso de cessação de contratos DHD, por acordo das partes, extingue-se o direito à redução de taxa, com efeitos desde o início do contrato. Os titulares desses rendimentos deverão proceder à regularização da diferença entre o imposto pago e o que deveria ter sido pago sem redução de taxa, acrescida de juros compensatórios.

Art. 12º - Delimitação negativa de incidência

Estão excluídos de tributação, até ao limite anual global de 5 vezes o valor do IAS (438,81€*5), os rendimentos da categoria A e da categoria B, obtidos por estudante considerado dependente e a frequentar estabelecimento de ensino integrado no sistema nacional de educação ou reconhecidos como tendo fins análogos pelos ministérios competentes.

Art. 31º - Regime simplificado – Alojamento Local

Os rendimentos gerados na atividade de alojamento local na modalidade de moradia ou apartamento, localizados em área de contenção, passam a ser tributados em 50% do seu montante (em 2019, o coeficiente era 0,35).

Art. 68º - Taxas

Os limites dos escalões da tabela das taxas gerais do IRS sofrem uma atualização de 0,3%, mantendo-se inalteradas as taxas aplicáveis.

A tabela de IRS para 2020 passa a ser a seguinte:

Rendimento Coletável (Euros)	Taxa (%)	Parcela a Abater (Euros)
Até 7.112	14,5	0
De mais de 7.112 até 10.732	23,0	604,54
De mais de 10.732 até 20.322	28,5	1.194,80
De mais de 20.322 até 25.075	35,0	2.515,63
De mais de 25.075 até 36.967	37,0	3.017,27
De mais de 36.967 até 80.882	45,0	5.974,54
Mais de 80.882	48,0	8.401,21

Art. 72º- Residentes não habituais

Os residentes não habituais passam a estar sujeitos a tributação à taxa de 10% relativamente aos rendimentos líquidos de pensões.

Disposição transitória:

Mantém-se a isenção para os contribuintes já inscritos como RNH ou cujo pedido de inscrição já tenha sido submetido e esteja pendente para análise, bem como os sujeitos passivos que, à data da entrada em vigor da Lei do OE, sejam considerados residentes fiscais e que solicitem a respetiva inscrição como residentes não habituais até 31 de março de 2020 ou 2021, por reunirem as respetivas condições em 2019 ou 2020, respetivamente.

Quem os já inscritos como RNH ou que se venham a inscrever em 2020 ou 2021, poderão optar ser tributados pelas regras introduzidas pela Lei do OE.

Art. 78º-A Dedução dos dependentes

Até 2019 estava prevista uma dedução pessoal por dependente de € 600, assim como um acréscimo de € 126a esta dedução, quando os dependentes não ultrapassem três anos de idade até 31 de dezembro do ano a que respeita o imposto. No caso de responsabilidade parental conjunta e residência alternada do menor a dedução é de € 300 e o acréscimo é de € 63.

Os referidos acréscimos passam a ser de € 300 e € 150, respetivamente, a partir do segundo dependente, quando existam dois ou mais dependentes que não ultrapassem três anos de idade até 31 de dezembro do ano a que respeita o imposto.

Art. 78º-E Dedução de encargos com imóveis

As importâncias pagas no âmbito de contratos de DHD permitirão uma dedução à coleta até ao limite máximo de 502€.

Art. 78º-F Dedução pela exigência de fatura

Para além das atividades veterinárias, passa a ser possível aproveitar uma dedução à coleta de 15% do IVA suportado na aquisição de medicamentos de uso veterinário.

Art. 101º- Retenção na fonte *Crowdfunding*

As entidades gestoras de plataformas de financiamento colaborativo, cuja sede ou direção efetiva ou estabelecimento estável esteja localizado em território nacional, passam a estar obrigadas a efetuar retenção na fonte de IRS sobre os rendimentos de capitais que paguem ou coloquem à disposição.

Art. 102º- Pagamentos por conta

Prevê-se a possibilidade de os titulares de rendimentos de qualquer categoria (anteriormente apenas aplicável a titulares de rendimentos do trabalho dependente e pensões), cujas entidades devedoras dos rendimentos não se encontrem obrigadas a efetuar retenção na fonte de IRS, poderem efetuar pagamentos por conta devidos a título final, desde que o montante de cada entrega seja igual ou superior a € 50.

Imposto do Rendimento sobre as Pessoas Coletivas (IRC)

Art. 43º - Aquisição passes sociais

Os gastos suportados com a aquisição de passes sociais em benefício do pessoal ou dos reformados da empresa e respetivos familiares, passam a ser considerados em 130%.

Art. 50º-A – Regime *Patent Box*

É alargado o regime de *Patent Box* à propriedade intelectual de direitos de autor sobre programas de computador.

Art. 86º-B – Regime Simplificado – Alojamento local

É agravado de 0,35 para 0,50 o coeficiente aplicado a rendimentos de exploração de estabelecimentos de alojamento local na modalidade de moradia ou apartamento localizados em áreas de contenção.

Art. 87º – Taxa para PME

A matéria coletável sujeita à taxa reduzida de 17%, aplicável aos sujeitos passivos que qualifiquem como Pequenas e Médias Empresas, é aumentada de € 15.000 para € 25000.

Art. 88º - Tributações Autónomas

Passam a estar sujeitos à taxa de 10%, os encargos com viaturas ligeiras de passageiros, ligeiras de mercadorias, motos e motociclos, com custo de aquisição até € 27.500 (atualmente € 25.000).

A taxa agravada em 10 p.p. quando os sujeitos passivos apuram prejuízo fiscal, deixa de ser aplicável no período de tributação de início de atividade e no seguinte.

Benefícios Fiscais

Art. 41-Bº EBF – Taxa empresas em territórios do interior

A matéria coletável sujeita à taxa reduzida de 12,5%, aplicável aos sujeitos passivos que qualifiquem como PME e exerçam uma atividade em territórios do interior, é aumentada de € 15.000 para € 25.000.

Art. 59º-A EBF – Transporte rodoviário de passageiros e de mercadorias

Deixa de ser possível majorar os gastos suportados com a aquisição, em território português, de GPL para abastecimento de veículos para efeitos de determinação do lucro tributável em sede de IRC e da categoria B do IRS com contabilidade organizada.

Art. 60º EBF – Benefícios fiscais aplicáveis às reestruturações empresariais

A isenção do IS aplicável a operações de reestruturação, designadamente fusões, cisões e entrada de ativos, passa a abranger as operações de transferência de estabelecimento comercial, industrial ou agrícola (trespasses) necessárias à reestruturação ou aos acordos de cooperação.

Dedução por Lucros Retidos e Reinvestidos (DLRR)

Os lucros retidos passam a poder ser reinvestidos em aplicações relevantes, no prazo máximo de quatro anos a contar do termo do período de tributação a que respeitem atualmente, três anos).

O montante máximo dos lucros retidos e reinvestidos é aumentado para € 12.000.000 (no passado, € 10.000.000).

Passam a considerar-se aplicações relevantes os ativos intangíveis, constituídos por despesas com transferência de tecnologia, nomeadamente através da aquisição de direitos de patentes, licenças, know-how ou conhecimentos técnicos não protegidos por patente, desde que estejam sujeitos a amortização para efeitos fiscais e não sejam adquiridos a entidades com as quais existam relações especiais.

No caso de ativos adquiridos em regime de locação financeira, a dedução à coleta do IRC passa a estar condicionada ao exercício da opção de compra pelo sujeito passivo no prazo de sete anos a contar da data da referida aquisição (no passado, cinco anos).

As alterações aos prazos de reinvestimento e ao exercício de compra são aplicáveis aos prazos em curso em 1 de janeiro de 2020.

SIFIDE II

O SIFIDE II passa a vigorar até ao período de tributação de 2025 (no passado, até 2020).

São alteradas as regras de elegibilidade das contribuições para fundos de investimento, públicos ou privados, destinados a financiar empresas dedicadas, predominantemente, à I&D:

Passa a ser obrigatório a manutenção das unidades de participação nos fundos durante o prazo de cinco anos, que não sendo cumprida, determina que ao IRC do exercício da alienação é adicionado o montante que tenha sido deduzido à coleta na parte correspondente ao período em falta, acrescido dos correspondentes juros compensatórios.

Para efeitos de verificação do investimento realizado, as entidades gestoras dos fundos de investimento, passam a ter de enviar à Agência Nacional de Inovação, S.A., até 30 de junho de cada ano, o último relatório anual auditado, bem como documento que evidencie os investimentos efetuados pelo fundo no período anterior. Estas entidades, podem, de igual modo, solicitar à Agência Nacional de Inovação, S.A. a emissão de declaração de conformidade da política de investimento prevista no regulamento de gestão do fundo, não tendo essa declaração caráter vinculativo quanto à elegibilidade futura da despesa.

O reconhecimento pela Agência Nacional de Inovação, S.A. do caráter de investigação e desenvolvimento passa a ser efetuado relativamente às entidades e não em relação aos projetos de investimento.

Autorizações legislativas

DLRR

Fica o Governo autorizado a alargar o elenco de beneficiários e de aplicações relevantes do regime de DLRR, no sentido de serem consideradas como aplicação relevante as aquisições de participações sociais de sociedades cujo objeto principal seja substancialmente idêntico ao da sociedade adquirente, desde que a aquisição permita a obtenção da maioria do capital com direito de voto e a concretização, no prazo máximo de três anos, de uma operação de concentração empresarial, designadamente de fusão de sociedades ou entrada de ativos.

Adicionalmente, fica o Governo autorizado a incorporar no âmbito da DLRR as empresas de pequena-média capitalização (*Small Mid Cap*), isto é, aquelas que empreguem menos de 500 pessoas.

A concretização desta autorização legislativa está dependente de autorização a conceder pela UE no sentido de alargar o regime de auxílios de estado.

Incentivos à Internacionalização

Fica o Governo autorizado a conceder benefícios em sede de IRC às atividades de promoção de micro, pequenas e médias empresas, com vista à internacionalização dos seus produtos e atividades, acesso a mercados e valorização da oferta nacional.

Programa de Valorização do Interior

O Governo fica autorizado a criar um regime de benefícios fiscais em função dos gastos resultantes da criação de postos de trabalho em territórios do interior, através de uma dedução à coleta do IRC, correspondente a 20% dos gastos incorridos que excedam o valor da RMMG, tendo como limite a coleta do período de tributação. A concretização desta autorização legislativa está dependente de autorização a conceder pela UE no sentido de alargar o regime de auxílios de base regional.

Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)

Art. 9º - Isenções

Os serviços prestados por psicólogos passam a estar expressamente previstos como isentos de IVA.

Passam a estar também isentos de IVA os serviços efetuados por intérprete de língua gestual portuguesa.

Art. 21º - Direito à dedução

O IVA contido na aquisição de gasolina (até 2019 apenas era possível para o gasóleo, GPL, gás natural e biocombustíveis) passa ser totalmente dedutível quando respeitar a:

- i) Veículos pesados de passageiros;
- ii) Veículos licenciados para transportes públicos, excetuando-se os rent-a-car;
- iii) Máquinas consumidoras de gasóleo, GPL, gás natural ou biocombustíveis, bem como as máquinas que possuam matrícula atribuída pelas autoridades competentes, desde que, em qualquer dos casos, não sejam veículos matriculados;
- iv) Tratores com emprego exclusivo ou predominante na realização de operações culturais inerentes à atividade agrícola;
- v) Veículos de transporte de mercadorias com peso superior a 3500 kg

Passa a estar expressamente prevista a possibilidade de dedução do IVA respeitante à eletricidade utilizada em viaturas elétricas ou híbridas *plug-in*.

Art. 53º - Regime especial de isenção

O limite para ser possível optar pelo Regime especial de isenção passa de 10.000€ para 12.500€.

Art. 78º-A – Créditos incobráveis e de cobrança duvidosa

Passam a considerar-se de cobrança duvidosa os créditos que estejam em mora há mais de 12 meses (em vez de 24 meses) desde a data do respetivo vencimento e existam provas objetivas de imparidade e de terem sido efetuadas diligências para o seu recebimento.

O pedido de autorização prévia passa a ter de ser apreciado pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) no prazo máximo de quatro meses (atualmente, oito meses), findo o qual se considera indeferido.

A certificação da regularização do IVA resultante de créditos de cobrança duvidosa ou de créditos incobráveis passa a poder ser efetuada por contabilista certificado independente nas situações em que a regularização do imposto não exceda € 10.000 por declaração periódica.

Taxa reduzida de IVA

Passam a beneficiar da taxa reduzida as águas residuais tratadas. Excluem-se da verba 2.32 da Lista I anexa ao Código do IVA os espetáculos de tauromaquia. Por outro lado, passam a estar incluídos nesta verba as entradas em jardins zoológicos, botânicos e aquários públicos.

É aditada à Lista I anexa ao Código do IVA a verba 2.34, que estabelece que as prestações de serviços que consistam em proporcionar a visita, guiada ou não, a edifícios classificados de interesse nacional, público ou municipal e a museus que cumpram os requisitos previstos na Lei Quadro dos Museus Portugueses, com exclusão dos fins lucrativos, e que não beneficiem da isenção prevista no n.º 13 do artigo 9.º do Código do IVA, passam a estar sujeitos à taxa reduzida.

Imposto do Selo (IS)

Art. 7º - Isenções

A isenção do Imposto do Selo (IS) sobre empréstimos destinados à cobertura de carências de tesouraria, quando concedidos por sociedades a favor de sociedades por elas dominadas ou a favor de sociedades nas quais detenham uma participação no capital não inferior a 10% ou cujo valor de aquisição não seja inferior a € 5.000.000, passa a ser aplicada apenas quando a participação tenha permanecido na titularidade da sociedade durante um ano consecutivo ou desde a constituição da entidade participada, contanto que, neste último caso, a participação seja mantida durante aquele período.

É autonomizada a isenção do IS relativa a operações financeiras entre sociedades em relação de domínio ou de grupo, e passa a ser aplicável a empréstimos, por prazo não superior a um ano, no âmbito de um contrato de gestão centralizada de tesouraria.

Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)

Art. 3º - Prédios Rústicos

Passam também a ser considerados prédios rústicos os terrenos geradores de rendimentos pecuários (para além dos rendimentos agrícolas e silvícolas).

Art. 46º - VPT dos prédios “outros”

Quando, para a determinação do valor patrimonial tributário (VPT) dos prédios da espécie "outros", seja aplicável o método do custo adicional do valor do terreno, o terreno a considerar é o que corresponde à área efetivamente ocupada com a implantação do prédio.

Art. 79º - Inscrição de prédio localizado em mais de uma freguesia

No caso de prédios rústicos ou prédios urbanos não vedados situados em mais de uma freguesia, clarifica-se que a sua inscrição é feita na freguesia onde esteja situada a maior área ou o maior número de construções.

Art. 112º - Prédios devolutos localizados em zonas de pressão urbanística

Os municípios passam também a ter de identificar e comunicar à AT, até 31 de dezembro, os prédios ou frações autónomas devolutas ou em ruínas, bem como os terrenos para construção habitacionais, quando localizados em zonas de pressão urbanística.

O agravamento da taxa de IMI aplicável aos prédios devolutos localizados em zonas de pressão urbanística é alargado para os prédios em ruínas e terrenos para construção habitacionais, quando localizados nestas zonas. O agravamento consiste na possibilidade do aumento da taxa de IMI ao sêxtuplo, podendo ainda ser agravada em mais 10% nos anos subsequentes, com o limite máximo de 12 vezes a taxa de IMI normalmente aplicável.

Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis (IMT)

Art. 11º - Caducidade da isenção de IMT na aquisição de imóveis por instituições de crédito

A isenção de IMT aplicável às aquisições de imóveis por instituições de crédito e sociedades comerciais por si dominadas, no âmbito de, entre outros, processo de execução, falência, insolvência ou dação em cumprimento, deixa de ser aplicável caso esses imóveis sejam alienados a entidades com relações especiais, ainda que a venda ocorra no prazo de cinco anos.

Art. 12º - Valor Tributável nos contratos DHD

O valor tributável para efeitos de IMT nos contratos DHD é o valor da caução.

Art. 13º - Valor Tributável dos imóveis com contratos DHD

Passam a estar incluídas nas regras especiais de cálculo do valor tributável os imóveis com contratos DHD (para além dos imóveis com usufruto ou habitação vitalícia).

Art. 17º - Taxas

É introduzida uma nova taxa de IMT de 7,5%, aplicável à aquisição de prédios urbanos destinados a habitação, cuja base tributável seja superior a € 1.000.000.

Art. 49º - Obrigações de cooperação dos notários e de outras entidades

Quando seja devido IMT e houver lugar ao reconhecimento de assinaturas em documentos particulares que titulem atos ou contratos sujeitos a registo predial, bem como em contratos promessa com tradição do bem e contratos de arrendamento com a cláusula de que os bens arrendados se tornam propriedade do arrendatário depois de satisfeitas todas as rendas acordadas, as entidades não podem reconhecer as assinaturas sem que seja feita prova da liquidação do IMT devido.